

SUMÁRIO

Abuso de Autoridade

Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965 – Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (<i>arts. 1.º a 29</i>)	1
---	---

Atribuições da Polícia Federal

Lei 10.446, de 8 de maio de 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição (<i>arts. 1.º e 2.º</i>)	53
---	----

Biossegurança

Lei 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências (<i>arts. 24 a 29</i>)	63
--	----

Combustíveis

Lei 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 – Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis (<i>arts. 1.º a 6.º</i>)	75
--	----

Computador

Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências (<i>arts. 12 a 16</i>)	85
---	----

Consumidor

Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (<i>arts. 61 a 80 e 119</i>)	93
---	----

Contravenções Penais

Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais (<i>arts. 1.º a 72</i>)	117
--	-----

Crimes Eleitorais

Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral (<i>arts. 283 a 364</i>)	213
Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências (<i>art. 11</i>)	278
Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9.º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências (<i>art. 25</i>)	284
Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (<i>arts. 33, 34, 35, 39, 40, 68, 72, 87 e 90</i>)	285

Discriminação de Gravidez

Lei 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 6.º</i>)	297
--	-----

Discriminação de Portadores de HIV

Lei 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS (<i>arts. 1.º e 2.º</i>)	303
--	-----

Discriminação Racial

Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (<i>arts. 1.º a 22</i>)	309
--	-----

Drogas

Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 75</i>)	353
--	-----

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (<i>arts. 88 a 91</i>)	515
--	-----

Falência

Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (<i>arts. 1.º a 4.º; 168 a 188; 192 e 200 a 201</i>)	523
---	-----

Genocídio

Lei 2.889, de 1.º de outubro de 1956 – Define e pune o crime de genocídio (arts. 1.º a 7.º)..... 563

Hediondos

Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (arts. 1.º a 13)..... 575

Identificação Criminal

Lei 12.037, de 1.º de outubro de 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5.º, inciso LVIII, da Constituição Federal (arts. 1.º a 9.º)..... 609

Idoso

Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (arts. 1.º a 7.º; 93 a 109 e 118)..... 623

Interceptação Telefônica

Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal (arts. 1.º a 12)..... 657

Investigação Criminal Conduzida por Delegado de Polícia

Lei 12.830, de 20 de junho de 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia (arts. 1.º a 4.º)..... 697

Lei Geral da Copa

Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 (arts. 30 a 36)..... 703

Licitações

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (arts. 81 a 108; 125 e 126)..... 713

Locação de Imóveis Urbanos

Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes (arts. 43 e 44)..... 755

Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo

Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (arts. 1.º a 23)..... 765

Propriedade Industrial

Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (arts. 183 a 210)..... 837

Proteção a Vítimas e Testemunhas (Delação Premiada)

Lei 9.807, de 13 de julho de 1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (*arts. 1.º a 21*)..... 895

Segurança Nacional

Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983 – Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências (*arts. 1.º a 35*)..... 917

Sigilo Financeiro

Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (*arts. 10 a 13*)..... 957

Terrorismo

Lei 13.260, de 16 de março de 2016 – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013 (*arts. 1.º a 20*)..... 967

Torcedor

Lei 12.299, de 27 de julho de 2010 – Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências (*arts. 1.º, 2.º e 4.º41-B a 41-G da Lei 10.671/2003; 5.º e 6.º*)..... 995

Transplantes

Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (*arts. 14 a 20*) 1013

Violência Doméstica

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (*arts. 1.º a 46*)..... 1039

Referências Bibliográficas..... 1099

Índice Remissivo..... 1117

Obras do Autor 1129